

## NOTA PRÉVIA

O presente livro corresponde, na sua essência, ao relatório apresentado na disciplina de Direito Civil III, no ano letivo 2021/2022, quando do primeiro ano do Doutoramento em Direito e Ciências Jurídico-Civis da Universidade de Lisboa, sob a orientação dos Professores Doutores Carlos Pamplona Cortes-Real e Jorge Duarte Pinheiro. Por se tratar de versão comercial, optou-se por algumas modificações e inserções, tendo-se aproveitado para atualizar as referências legais. Apesar do cuidado e rigor despendido na elaboração desta obra, recomenda-se que os diplomas legais aqui referenciados sejam sempre objeto de confirmação junto às publicações oficiais, especialmente se considerada as alterações legislativas posteriores a nossa publicação.

## PREFÁCIO

A presente obra perspetiva uma nova visão sobre o direito à reprodução. As técnicas artificiais utilizadas na procriação assistida permitem configurar um direito a ter filhos mesmo daqueles que, biologicamente, os não pudessem ter.

Há, pois, uma diversa projeção do direito à reprodução, que passa pelo direito a exigir do Estado a utilização das técnicas médicas que propiciam a reprodução, ainda quando geneticamente tal não seja viável aos indivíduos, salvaguardando-se, contudo, uma igual dignidade e eficácia jurídica da parentalidade.

Em suma, o recurso à PMA (Procriação medicamente assistida) é, atualmente, um direito instrumental convertido em direito estrutural na orgânica social.

Esta obra particularmente interessante, inspirada numa leitura constitucional, dissecou um novo enquadramento do direito à filiação, numa ótica solidária, amparada nos atuais recursos médicos. Valerá a pena, sem dúvida, lê-la e meditar no seu alcance.

Carlos Pamplona Corte-Real

Jorge Duarte Pinheiro

*Professores da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*

## ÍNDICE

Nota prévia . . . . .	7
Indicações de leitura . . . . .	9
Lista de siglas e abreviaturas . . . . .	11
Prefácio . . . . .	15
Índice . . . . .	17
Introdução . . . . .	19
1. Apresentação do problema . . . . .	19
2. Ordem de exposição . . . . .	22
Capítulo I – A reprodução humana como um direito . . . . .	25
1. Breve digressão sobre a gênese dos direitos reprodutivos . . . . .	25
2. A reprodução enquanto direito humano universal . . . . .	28
3. O conteúdo de um direito à reprodução . . . . .	30
3.1. Direito a ter filhos biológicos . . . . .	34
3.2. A identificação do direito à reprodução na ordem jurídica . . . . .	35
Capítulo II – O direito a procriar por técnicas laboratoriais de reprodução . . . . .	39
1. Da erosão do processo reprodutivo à ascensão das técnicas laboratoriais de reprodução . . . . .	39

2. Abordagem jurídica da procriação medicamente assistida . . . . .	42
2.1. Conceito de PMA . . . . .	43
2.2. Origem dos gametas e distinção entre processos homólogos e heterólogos . . . . .	44
2.3. Excurso sobre as técnicas de PMA . . . . .	47
2.3.1. Técnicas atualmente utilizadas . . . . .	47
2.3.2. Um pequeno adendo para o futuro das técnicas . . . . .	50
2.4. Particularidades da constituição dos vínculos jurídicos de filiação decorrente de PMA . . . . .	52
3. A faceta de um pretense direito subjetivo ao que é tecnologicamente possível? . . . . .	57
3.1. O reconhecimento do direito a procriar por técnicas laboratoriais de reprodução na jurisprudência . . . . .	62
3.2. A regulamentação das técnicas de PMA . . . . .	63
4. A via adotiva como um argumento contrário ao uso dessas técnicas? . . .	66
 Capítulo III – Restrições legais ao exercício do direito a procriar por técnicas reprodutivas . . . . .	 69
1. Critérios usualmente aplicados . . . . .	71
1.1. Critério da idade . . . . .	71
1.1.1. Idade mínima . . . . .	71
1.1.2. Idade máxima . . . . .	74
1.2. Critério do estado civil . . . . .	85
1.3. Critério da orientação sexual . . . . .	99
2. A subsidiariedade das técnicas como critério restritivo . . . . .	105
3. Outros critérios possíveis de se adotar . . . . .	111
3.1. Critério de racionamento . . . . .	111
3.2. Critério do estado de saúde . . . . .	113
3.3. Critério de diligência parental . . . . .	115
3.4. Critério do lapso temporal . . . . .	117
 Conclusões . . . . .	 119
 Referências bibliográficas . . . . .	 121
 Textos, documentos e notícias disponibilizadas em sítios eletrônicos . . . . .	 129
 Índice de jurisprudência citada . . . . .	 133